

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	33
CAPÍTULO I – O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO.....	35
1. O QUE É MINISTÉRIO PÚBLICO?.....	35
1.1. Considerações gerais	35
1.2. Fluxogramas	38
2. AS ORIGENS REMOTAS E PRÓXIMAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO OCIDENTAL	39
2.1. Considerações gerais	39
2.2. Fluxograma	45
3. O PORQUÊ DO USO DOS TERMOS “MINISTÉRIO PÚBLICO” E “PARQUET”	45
3.1. Considerações gerais	45
3.2. Fluxograma	47
4. UMA BREVE HISTÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO	47
4.1. Considerações gerais	47
4.2. Fluxogramas	53
5. OS MODELOS DEMANDISTA E RESOLUTIVO DE ATUAÇÃO FUNCIONAL	54
5.1. Considerações gerais	54
5.2. Fluxograma	56
6. O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988	57
6.1. O Estatuto Jurídico do Ministério Público brasileiro na Constituição da República de 1988	57
6.1.1. Considerações gerais.....	57
6.1.2. Fluxograma	58
6.2. O Ministério Público como Integrante do Núcleo Imodificável da Constituição da República de 1988	58
6.2.1. Considerações gerais.....	58
6.2.2. Fluxograma	60

6.3. Os Princípios Institucionais do Ministério Público brasileiro.....	60
6.3.1. Considerações gerais.....	60
6.3.2. Fluxograma	63
6.4. Os vários Ministérios Públicos Brasileiros	63
6.4.1. Considerações gerais. O problema da unidade e da indivisibilidade entre Ministérios Públicos diversos	63
6.4.2. Fluxograma	64
7. ALGUNS APONTAMENTOS À LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (LEI N. 8.625/93 – LONMP)	65
8. QUESTÕES DE CONCURSOS	68
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69

CAPÍTULO II – O INQUÉRITO CIVIL..... 73

1. O INQUÉRITO CIVIL: ORIGEM HISTÓRICA E RAZÃO DE SER.....	73
1.1. Considerações gerais	73
1.2. Fluxogramas	75
2. DAS NORMAS PERTINENTES AO INQUÉRITO CIVIL.....	76
2.1. Considerações gerais	76
2.2. Fluxograma	77
3. O CONCEITO DE INQUÉRITO CIVIL.....	78
4. A NATUREZA JURÍDICA DO INQUÉRITO CIVIL.....	78
5. A NOMENCLATURA CORRETA.....	79
6. AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO INQUÉRITO CIVIL	80
6.1. Considerações gerais	80
6.2. Fluxograma	84
7. O OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL	84
7.1. Considerações gerais	84
7.2. Fluxograma	86
8. DA INSTAURAÇÃO E CONDUÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL	86
8.1. Considerações gerais	86
8.2. Modelo de Portaria de instauração de inquérito civil.....	90
8.3. Modelo de Termo de Compromisso de Secretário em inquérito civil.....	91
8.4. Modelo de decisão administrativa de indeferimento de instauração de inquérito civil.....	91
9. DO CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	92

10. O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS E A TRANSAÇÃO.	94
10.1. Considerações gerais	94
10.2. Fluxograma	99
11. O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS E AS SÚMULAS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	99
12. A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL	101
12.1. Considerações gerais	101
12.2. Fluxograma	102
13. ALGUNS ASPECTOS ACERCA DO ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL	102
13.1. Considerações gerais	102
13.2. Fluxogramas	104
13.3. Modelo de Promoção de Arquivamento	105
14. A REABERTURA DO INQUÉRITO CIVIL	107
14.1. Considerações gerais	107
14.2. Fluxograma	108
15. QUESTÕES DE CONCURSOS	108
16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110

CAPÍTULO III – A ATUAÇÃO PROCESSUAL CIVIL DO PROMOTOR DE JUSTIÇA	113
1. INTRODUÇÃO	113
1.1. Considerações gerais	113
1.2. Fluxograma	116
2. DO AGIR CIVIL: A ATUAÇÃO PROCESSUAL CIVIL DO PROMOTOR DE JUSTIÇA	117
2.1. Noções Gerais. Tipologia (atuação como órgão agente e como órgão interveniente). Poderes Instrutórios. Produção de provas. Perícias. Prazos para manifestação. Intimações. Negócios jurídicos processuais. Forma de atuação em outros graus de jurisdição. Natureza jurídica da atuação	117
2.2. Fluxogramas	126
3. DO AGIR CIVIL DO MINISTÉRIO PÚBLICO: DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS E DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS	127
3.1. Conceito, tipologia e atribuições das Promotorias de Justiça. Conceito de Comarca e de Vara Judicial	127
3.1.1. Conflitos de atribuições entre Promotorias de Justiça	130
3.1.2. Fluxogramas	133

4. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO ÓRGÃO AGENTE.....	135
4.1. Considerações gerais. Legitimação do Ministério Público (ordinária, extraordinária ou autônoma). Tipologia da atuação. Princípios da atuação. Desistência da ação por parte do Ministério Público. Obrigação de assumir ações coletivas ou ações populares em que haja abandono ou desistência injustificada.....	135
4.1.1. Fluxogramas.....	140
4.2. Ações coletivas.....	140
4.2.1. Breve delineamento doutrinário do conceito de ação coletiva	140
4.2.2. Fluxogramas.....	144
5. DA ATUAÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS NA DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	144
5.1. Da Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público	144
5.1.1. Considerações gerais sobre a defesa do Patrimônio Público, seu conceito e sua dimensão constitucional. A proteção ao patrimônio público e à moralidade administrativa como direito fundamental do cidadão brasileiro.....	144
5.1.2. As principais alterações promovidas na Lei n. 8.429/92 pela Lei n. 14.230/21. Aspectos processuais da LIA.....	146
5.1.3. A aplicação da Lei n. 14.230/21 no tempo	159
5.1.4. Da ação coletiva prevista no art. 17 da Lei n. 8.429/92. Diferenças com a ação coletiva da Lei n. 7.347/85 (“ação civil pública”)	160
5.1.4.1. Fluxograma.....	162
5.1.5. Da legitimidade do Ministério Público para a proteção do patrimônio público brasileiro. Da aplicação analógica das normas do microssistema de defesa coletiva apenas pro societatis. Da posição atual do STF quanto à prescritibilidade da ação de reparação de danos ao erário	162
5.1.6. As ações coletivas e a declaração incidental de inconstitucionalidade	167
5.1.6.1. Fluxograma.....	168
5.1.7. Observações finais. Da proteção extrajudicial do patrimônio público por parte do Ministério Público. Dos Acordos de Não Persecução Cível. Das recomendações.....	169
5.1.7.1. Fluxogramas	173
5.1.8. Modelos	173
5.1.8.1. Modelo de ação de improbidade administrativa por desobediência a ordem judicial	173

5.1.8.2.	Modelo de ação de reparação de danos	176
5.1.8.3.	Modelo de denúncia criminal contra ex-prefeito, por infração à Lei de licitações.....	181
5.1.8.4.	Modelo de quebra de sigilo fiscal e bancário	183
5.1.8.5.	Modelo de petição inicial de quebra de sigilo telefônico ...	186
5.1.8.6.	Modelo de Recomendação em matéria de patrimônio público.....	189
5.1.8.7.	Modelo de Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas para a regularização da contratação temporária municipal.....	190
5.1.8.8.	Modelo de Acordo de Não Persecução Civil.....	194
5.2.	Da Promotoria de Justiça Especializada no Controle Externo da Atividade Policial	198
5.2.1.	Considerações gerais. Controle externo e controle interno. Previsões constitucionais e legais. Objeto do Controle. Controle difuso e concentrado. Finalidades. Competências estadual e federal. Diferença com o Promotor de Justiça oficiante perante a Justiça Militar	198
5.2.2.	Fluxogramas.....	201
5.2.3.	Modelos	202
5.2.3.1.	Modelo de Ação de improbidade contra policial civil.....	202
5.2.3.2.	Modelo de denúncia criminal pela prática de delito de tortura	207
5.3.	A Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde.....	209
5.3.1.	Âmbito de atuação	209
5.3.2.	Fluxogramas.....	213
5.3.3.	Modelos	215
5.3.3.1.	Modelo de ação de obrigação de fazer contra Município	215
5.3.3.2.	Modelo de Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas firmado com hospital.....	219
5.3.3.3.	Modelo de Recomendação Administrativa, em Matéria de Saúde, ao Município.....	220
5.4.	Da Promotoria especializada na tutela das fundações.....	221
5.4.1.	Considerações gerais.....	221
5.4.2.	Fluxograma	223
5.4.3.	Modelos	223

5.4.3.1.	Modelo de ação para a extinção de fundação	223
5.4.3.2.	Modelo de ação para a extinção de associação	226
5.4.3.3.	Modelo de parecer para aprovação de alteração de estatuto de Fundação Privada	228
5.4.3.4.	Modelo de parecer pela não aprovação de estatuto de Fundação Privada	229
5.5.	Da Promotoria Especializada na Defesa do Consumidor	230
5.5.1.	Considerações gerais. Os três campos de defesa do consumidor: administrativo, civil e penal. Os campos de atuação do Ministério Público para a defesa do consumidor	230
5.5.1.1.	Fluxogramas	230
5.5.2.	A defesa administrativa do consumidor por parte do Ministério Público. O processo administrativo presidido por Promotor de Justiça. Diferença com o inquérito civil	231
5.5.2.1.	Fluxograma	232
5.5.3.	A defesa civil do consumidor em Juízo. A legitimidade ativa ad causam do Ministério Público para a defesa de consumidores em Juízo. A questão dos interesses individuais homogêneos. Os megaconflitos e a necessidade de utilização do processo coletivo para resolvê-los	232
5.5.3.1.	Fluxogramas	236
5.5.4.	A defesa penal do consumidor	237
5.5.4.1.	Fluxograma	239
5.5.5.	Modelos	240
5.5.5.1.	Modelo de ação coletiva com pedido de obrigação de fazer e não fazer e de condenação por dano moral coletivo	240
5.5.5.2.	Modelo de Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas	243
5.5.5.3.	Modelo de denúncia criminal em crime contra as relações de consumo	244
5.5.5.4.	Modelo de decisão administrativa do Procon Estadual/Ministério Público	246
5.6.	Da Promotoria Especializada na Defesa do Meio Ambiente, do Patrimônio Histórico e Cultural e da Habitação e do Urbanismo	248
5.6.1.	A defesa do Meio ambiente: considerações gerais. Principais normas aplicáveis. Previsão constitucional. Conceito de Meio Ambiente, de degradação ambiental, de poluição e de poluidor. Principais princípios ambientais	248
5.6.1.1.	Fluxograma	250

5.6.2.	O papel do Promotor de Justiça na proteção do meio ambiente	251
5.6.2.1.	Fluxograma.....	252
5.6.3.	A defesa penal e a defesa civil do meio ambiente pelo Ministério Público. Dos instrumentos jurídicos de reparação do dano. Da conveniência da utilização, em substituição ao compromisso de ajustamento de condutas, da prévia composição do dano ambiental, pressuposto de proposta de transação penal em crimes contra o meio ambiente	252
5.6.3.1.	Fluxograma.....	254
5.6.4.	A transação penal em delitos ambientais: da necessidade de imposição em delitos “difusos” de penalidades que tenham caráter eminentemente coletivo e educativo.....	254
5.6.4.1.	Fluxograma.....	257
5.6.5.	Das promotorias especializadas na defesa do urbanismo e do patrimônio histórico	257
5.6.5.1.	Fluxogramas	258
5.6.6.	Modelos	259
5.6.6.1.	Modelo de ação de improbidade administrativa ambiental	259
5.6.6.2.	Modelo de Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas.....	263
5.6.6.3.	Modelo de denúncia em crime ambiental.....	265
5.7.	Da Promotoria Especializada na Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos.....	266
5.7.1.	Considerações gerais.....	266
5.7.2.	Fluxograma	268
5.7.3.	Modelos	269
5.7.3.1.	Modelo de medida de proteção em favor da pessoa idosa.....	269
5.7.3.2.	Modelo de compromisso de ajustamento de condutas para assegurar acessibilidade	272
5.8.	Da Promotoria Especializada na Defesa da Ordem Econômica e Tributária..	273
5.8.1.	Considerações gerais.....	273
5.8.2.	Fluxograma	275
5.8.3.	Modelos	276
5.8.3.1.	Modelo de ação civil pública em face de cartel.....	276
5.8.3.2.	Modelo de denúncia em crime contra a ordem tributária.....	282
5.9.	Da Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos, de Apoio Comunitário e de Conflitos Agrários	284

5.9.1.	Considerações Gerais.....	284
5.9.2.	Fluxogramas.....	285
5.9.3.	Modelos	286
5.9.3.1.	Modelo de recomendação (revista íntima em cadeia pública)	286
6.	ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO ÓRGÃO INTERVENIENTE.....	289
6.1.	Considerações gerais. Tipologia da atuação. Natureza jurídica da atuação. Poderes processuais e seus limites. Ausência de intimação para a intervenção: nulidade processual. As hipóteses de intervenção previstas no art. 178 do CPC e suas particularidades. A cessação posterior da hipótese de intervenção. Vinculação ou desvinculação da atuação pela presença de incapaz. O desacordo do magistrado com a não intervenção. O error in procedendo da manifestação do Ministério Público antes da apreciação de pedidos liminares. Algumas inovações do CPC/2015 em matéria de intervenção ministerial. Outras hipóteses de intervenção	289
6.1.1.	Fluxogramas.....	301
6.2.	A racionalização da atuação do Ministério Público	305
6.2.1.	Fluxogramas.....	309
6.3.	Modelos.....	309
6.3.1.	Modelo de parecer pela não homologação de acordo em ação de alimentos.....	309
6.3.2.	Modelo de parecer em ação de alimentos (revelia)	310
6.3.3.	Modelo de Parecer em ação anulatória de casamento.....	311
6.3.4.	Modelo de parecer em ação de divórcio.....	313
6.3.5.	Modelo de parecer em interdição.....	313
6.3.6.	Modelo de parecer em usucapião extraordinário	314
6.3.7.	Modelo de parecer em mandado de segurança em caso de sanção política	316
6.3.8.	Modelo de parecer em ação de investigação de paternidade.....	318
6.3.9.	Modelo de parecer em ação de modificação de guarda	319
6.3.10.	Modelo de parecer em pedido de alteração de prenome	320
6.3.11.	Modelo de parecer em pedido de inventário negativo	322
6.3.12.	Modelo de parecer em pedido de alvará para a venda de veículo	323
6.3.13.	Modelo de parecer final em ação de reconhecimento de paternidade post mortem.....	324
6.3.14.	Modelo de requerimento de prisão civil de devedor de alimentos.....	326
6.3.15.	Modelo de parecer final em pedido de alteração de regime de bens...	327

6.3.16. Modelo de parecer final em ação de responsabilidade civil movida por incapaz	330
7. QUESTÕES DE CONCURSOS	336
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	338
CAPÍTULO IV – A ATUAÇÃO PROCESSUAL PENAL DO PROMOTOR DE JUSTIÇA.....	345
1. FASE PRÉ-PROCESSUAL	345
1.1. Inquérito Policial e termo circunstanciado	345
1.1.1. Prisão em flagrante	346
1.1.2. Prisão temporária	347
1.1.3. Medidas Protetivas	348
1.1.4. Busca e apreensão, interceptação telefônica e quebra de sigilo de dados.....	351
1.1.5. Cadeia de Custódia	351
1.1.6. Prorrogação de Prazo.....	353
1.1.7. Requisição de novas diligências	354
1.1.8. Arquivamento	354
1.1.9. Fluxograma do arquivamento	355
1.1.10. Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) - CPP, art. 28-A	356
1.1.11. Resumo das principais hipóteses de manifestação e pontos de atenção do Promotor de Justiça na fase pré-processual	357
1.2. Investigação a cargo do Ministério Público.....	358
1.2.1. Fundamento legal.....	358
1.2.2. Posição jurisprudencial	359
1.2.3. Hipóteses	360
1.2.4. Regulamentação – A Resolução 181 do CNMP	360
1.2.5. Passo a passo da instauração de procedimento de investigação pelo Promotor de Justiça.....	365
2. FASE PROCESSUAL.....	372
2.1. Denúncia	373
2.1.1. Conceito e natureza jurídica	373
2.1.2. Objetivo	373
2.1.3. Terminologia.....	374
2.1.4. Estrutura e requisitos	374
2.1.5. Passo a passo para a confecção da denúncia.....	378

2.1.6.	Outros requisitos	378
2.1.7.	Cota introdutória.....	379
2.1.8.	Maneira de juntada aos autos	380
2.1.9.	Prazo para oferecimento.....	381
2.1.10.	Espécies de imputação	382
2.1.10.1.	Denúncia genérica.....	382
2.1.10.2.	Denúncia alternativa	384
2.1.10.3.	Denúncia implícita	385
2.1.10.4.	Denúncia com imputações cumulativas.....	386
2.1.11.	Aditamento à denúncia	387
2.1.11.1.	Momento oportuno.....	387
2.1.11.2.	Espécies de aditamento.....	387
2.1.11.3.	Efeitos – interrupção da prescrição?	388
2.1.11.4.	Procedimento.....	389
2.1.11.5.	Passo a passo do aditamento próprio.....	390
2.1.12.	Rejeição da denúncia	390
2.1.12.1.	Inépcia.....	390
2.1.12.2.	Falta de pressuposto processual.....	390
2.1.12.3.	Falta de condição da ação	391
2.1.12.4.	Falta de justa causa	392
2.1.13.	Denúncias mais comuns no dia a dia do Promotor de Justiça	392
2.1.13.1.	Denúncia em crime culposos	392
2.1.13.2.	Denúncia em crime tentado.....	393
2.1.13.3.	Denúncia em concurso de crimes	394
2.1.13.4.	Denúncia em concurso de agentes	395
2.1.13.5.	Denúncia em crime de homicídio	396
2.1.13.6.	Denúncia em crime de lesão corporal	396
2.1.13.7.	Denúncia em crime de furto	397
2.1.13.8.	Denúncia em crime de roubo	397
2.1.13.9.	Denúncia em crime de estelionato	398
2.1.13.10.	Denúncia em crime de estupro.....	400
2.1.13.11.	Denúncia em crime de desacato.....	402
2.1.13.12.	Denúncia em crime de tráfico de drogas.....	402
2.1.13.13.	Denúncia em crime de embriaguez ao volante.....	403
2.1.13.14.	Denúncia em crime de posse ou porte de arma de fogo	403

2.1.13.15. Denúncia em crime de corrupção de menor de 18 anos....	404
2.1.14. Recebimento da denúncia	404
2.1.14.1. Hipóteses.....	405
2.1.14.2. Momento adequado	405
2.1.14.3. Necessidade de fundamentação.....	405
2.1.14.4. Efeitos do recebimento.....	406
2.1.14.5. Recurso	406
2.2. Citação.....	417
2.2.1. Passo a passo para localização do réu.....	419
2.2.2. Fluxograma de citação por edital	420
2.3. Resposta escrita à acusação	420
2.4. Absolvição sumária.....	421
2.4.1. Fluxograma da absolvição sumária.....	424
2.5. Audiência de instrução, debates e julgamento	424
2.6. Procedimento sumário	446
2.6.1. Fluxogramas comparativos: procedimentos ordinário e sumário	447
2.7. Procedimento sumaríssimo	449
2.7.1. Considerações gerais.....	449
2.7.2. Fases	452
2.7.2.1. Fase preliminar.....	453
2.7.2.2. Fase judicial.....	456
2.7.3. Fluxograma do procedimento sumaríssimo	459
2.8. Suspensão condicional do processo	460
2.8.1. Introdução.....	460
2.8.2. Requisitos	462
2.8.3. Crimes ambientais.....	463
2.8.4. Momento de implantação do benefício.....	464
2.8.5. Condições.....	464
2.8.6. Hipóteses de revogação	465
2.8.7. Decurso do período de prova	465
2.8.8. Desclassificação e procedência parcial da pretensão punitiva	466
2.9. Procedimento dos crimes dolosos contra a vida	467
2.9.1. Sumário da culpa.....	467
2.9.2. Juízo da causa.....	470
2.9.2.1. Preparação dos trabalhos.....	470

2.9.2.2.	Sessão de julgamento	471
2.9.2.2.1.	Instalação da sessão	471
2.9.2.2.2.	Formação do Conselho de Sentença	472
2.9.2.2.3.	Instrução	473
2.9.2.2.4.	Debates	474
2.9.2.2.5.	Julgamento	474
2.9.2.2.6.	Roteiro: juízo da causa	475
2.9.3.	Desaforamento.....	476
2.9.4.	Dicas práticas	477
2.9.4.1.	Estudo detalhado dos autos.....	477
2.9.4.2.	Explicação dos quesitos	478
2.9.4.3.	Explicação das consequências do veredicto	478
2.9.4.4.	Identificar e combater as falácias.....	478
2.9.4.5.	Ir à réplica, em regra.....	479
2.9.4.6.	Acusar sem humilhar	479
2.9.4.7.	Traçar o perfil da vítima e do réu	480
2.9.4.8.	Explorar as contradições do réu	480
2.10.	Recursos	480
2.10.1.	Teoria Geral dos Recursos.....	480
2.10.2.	Princípios aplicáveis.....	481
2.10.3.	Pressupostos recursais	486
2.10.3.1.	Pressupostos recursais subjetivos	486
2.10.3.2.	Pressupostos recursais objetivos.....	487
2.10.4.	Efeitos recursais	491
2.10.5.	Recursos em espécie.....	492
2.10.5.1.	Recurso em sentido estrito	493
2.10.5.1.1.	Hipóteses de cabimento	494
2.10.5.1.2.	Efeitos	495
2.10.5.1.3.	Processamento.....	495
2.10.5.2.	Apelação	496
2.10.5.2.1.	Hipótese de cabimento.....	496
2.10.5.2.2.	Efeito.....	497
2.10.5.2.3.	Processamento.....	498
2.10.5.3.	Embargos de declaração	499

2.10.5.3.1. Hipótese de cabimento.....	499
2.10.5.3.2. Efeito.....	499
2.10.5.3.3. Processamento.....	501
2.10.5.4. Carta testemunhável.....	501
2.10.5.5. Correição parcial	501
2.10.5.6. Agravo em execução.....	502
2.10.5.7. Recursos na prática.....	503
2.10.5.7.1. Como estruturar e redigir.....	503
2.10.5.7.2. Terminologia	505
2.10.5.7.3. Como identificar o recurso correto.....	505
2.10.5.7.4. Passo a passo para identificação do recurso correto	506
2.10.5.7.5. O cuidado com os prazos	506
2.10.5.7.6. Uso de MS para efeito suspensivo	507
2.11. Provimentos cautelares.....	521
2.11.1. Introdução.....	521
2.11.2. Classificação.....	522
2.11.3. Provimentos cautelares de natureza pessoal.....	523
2.11.3.1. Espécies	523
2.11.3.2. Pressupostos e Requisitos	524
2.11.3.4. Necessidade de contraditório.....	527
2.11.3.5. Não cabimento de cautelares pessoais	527
2.11.3.6. Revogação, substituição e reforço.....	527
2.11.3.7. Recursos à disposição do MP.....	529
2.12. Prisão Preventiva.....	529
2.12.1. Noções iniciais.....	529
2.12.2. Requisitos	530
2.12.2.1. Pressupostos (CPP, art. 312, parte final).....	532
2.12.2.2. Fundamentos (CPP, art. 312, primeira parte).....	532
2.12.2.3. Condições de admissibilidade (CPP, art. 313)	535
2.12.2.4. Momento da decretação	537
2.12.2.5. Prazo e excesso de prazo.....	538
2.12.2.6. Fundamentação.....	539
2.13. Prisão domiciliar	541

CAPÍTULO V – A ATUAÇÃO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA NA EXECUÇÃO PENAL	543
1. INTRODUÇÃO	543
1.1. Considerações iniciais. O processo eletrônico e a Carta de Aracaju (Recomendação Geral nº 02/18 do Conselho Nacional do Ministério Público)	543
1.2. O advento da Lei nº 13.964/19 e os reflexos na execução penal	544
1.3. O papel do Ministério Público na Execução Penal	545
1.3.1. Prazos para as manifestações ministeriais	548
1.4. Siglas consagradas	552
2. NATUREZA JURÍDICA DA EXECUÇÃO PENAL	552
2.1. O caráter jurisdicional e a atuação conjunta dos poderes Judiciário e Executivo. A parcela de poder exercida pelos diretores das unidades prisionais	552
2.1.1. Os regimentos internos das unidades prisionais	554
3. O JUIZ NATURAL DA EXECUÇÃO PENAL	556
3.1. A competência definida na LEP e em outros diplomas legais	556
3.2. A criação dos Departamentos Estaduais de Execução Criminal (DEECRIMS) no Estado de São Paulo	558
3.3. Panorama histórico da competência para a execução da pena de multa. Os reflexos do julgamento da ADIn nº 3150/DF e a alteração implementada no art. 51 do CP pela Lei 13.964/19	560
4. O INÍCIO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO CRIMINAL	564
4.1. O início por impulso oficial e o alcance da legitimidade ativa do art. 195 da LEP	564
4.2. As guias de recolhimento, de internação e de tratamento ambulatorial e a Resolução nº 113/2010 do Conselho Nacional de Justiça	567
4.3. Execução definitiva e execução provisória	571
4.3.1. Impactos do provimento ao recurso ministerial na execução provisória	579
4.4. Detração	581
4.4.1. Detração com base em prisões cautelares cumpridas em processos distintos	585
4.4.2. Detração do período de recolhimento domiciliar noturno	586
4.4.3. Dedução do tempo de cumprimento da pena alternativa na pena privativa de liberdade e vice-versa (detração anômala)	588
4.4.4. Detração e prescrição	591

4.5. Inviolabilidade da coisa julgada e alterações factíveis pelo juízo das execuções.....	591
4.5.1. Possibilidade de reconhecimento da reincidência pelo juízo da execução penal.....	595
5. OS DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO CRIMINAL.....	597
5.1. Noções introdutórias. Acesso a benefícios e a lógica da execução penal	597
5.2. O requisito objetivo (ou temporal). O conceito de data-base.....	598
5.3. O requisito subjetivo (mérito). O boletim informativo e o exame criminológico.....	599
5.3.1. Faltas disciplinares	604
5.3.2. O procedimento administrativo disciplinar (PAD).....	606
5.3.3. Sanções administrativas, regime disciplinar diferenciado (RDD), prazos de reabilitação das faltas disciplinares e sanções de aplicação exclusiva pelo juiz das execuções	611
5.3.4. O prazo prescricional das faltas disciplinares.....	615
5.3.5. Entendimentos jurisprudenciais relevantes sobre a tipicidade de faltas disciplinares	618
5.3.5.1. Atos cometidos por visitantes cadastrados.....	618
5.3.5.2. Apreensão de componentes de aparelho de telefone celular	620
5.3.5.3. Violação de perímetro de saída temporária detectado por sistema de monitoramento eletrônico	621
5.3.5.4. Necessidade de juntada do auto de constatação no caso de falta disciplinar envolvendo a apreensão de entorpecentes	623
5.4. Remição.....	625
5.4.1. A perda de dias remidos decorrente de condenação por falta disciplinar grave.....	632
5.4.2. Recomendação nº 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça e a sua substituição pela Resolução nº 391/21.....	634
5.4.2.1. Remição por aprovação no ENCCEJA ou ENEM.....	635
5.4.2.2. Remição pela leitura.....	636
5.4.3. Remição com base em trabalho ou estudo realizados em execuções distintas.....	639
5.5. Progressão de regime.....	640
5.5.1. Considerações iniciais e inovações implementadas pela Lei 13.964, de 24 de dezembro de 2019.....	640
5.5.2. Requisitos objetivos (ou temporais) e a aplicação da Lei 13.964/19 no tempo.....	642

5.5.2.1.	A nova abordagem legislativa sobre a reincidência e os impactos no requisito objetivo para a progressão de regime. Uma proposta de classificação das novas modalidades de reincidência valoráveis na fase da execução penal.....	646
5.5.2.1.1.	A redação do art. 112, inciso VII, da LEP comparada com os demais incisos que preveem hipóteses de reincidência.....	650
5.5.2.1.2.	Tabela intertemporal das hipóteses de repercussão da reincidência na execução penal.....	656
5.5.2.1.3.	Tabela não intertemporal de aplicação do art. 112 da LEP	657
5.5.2.1.4.	Tabela com situações especiais	658
5.5.2.2.	O termo inicial ou data-base da contagem das frações de progressão de regime e a natureza declaratória da decisão que defere o benefício	660
5.5.2.3.	Interrupção da contagem do tempo cumprido pela condenação por falta grave.....	664
5.5.2.4.	Definição da data-base no caso de soma ou unificação de penas (art. 111 da LEP).....	665
5.5.3.	Progressão especial de regime (art. 112, §3º, da LEP).....	667
5.5.4.	Regras de vedação à progressão de regime	670
5.5.4.1.	Progressão de regime e crimes praticados contra a administração pública.....	670
5.5.4.2.	Progressão de regime em condenações por crime de organização criminosa	672
5.5.4.3.	Progressão de regime e cumprimento da pena de multa cumulativamente imposta	672
5.5.5.	Aplicação prática da Súmula Vinculante nº 56	673
5.5.6.	Quadro sinóptico das hipóteses de progressão e regressão de regime	676
5.6.	Livramento condicional	676
5.6.1.	Considerações iniciais e inovações implementadas pela Lei 13.964, de 24 de dezembro de 2019.....	676
5.6.2.	Requisitos legais.....	677
5.6.2.1.	Requisitos objetivos.....	677
5.6.2.2.	Requisitos subjetivos	681
5.6.3.	Condições.....	685
5.6.4.	Período de prova, hipóteses de revogação e a Súmula 617 do STJ	686
5.6.5.	Regras de vedação ao livramento condicional	691

5.6.5.1.	O artigo 83, inciso V, do CP e as novas hipóteses de vedação ao livramento previstas nos incisos VI, a, e VIII, do art. 112 da LEP	691
5.6.5.2.	A regra de vedação do artigo 44, parágrafo único, da Lei de Drogas	693
5.6.5.3.	Livramento condicional em condenações por crime de organização criminosa	695
5.7.	Indulto e comutação	695
5.7.1.	Considerações iniciais e reflexos do Pacote Anticrime na concessão do indulto e da comutação	695
5.7.2.	Limitações à discricionariedade do Presidente da República na edição dos Decretos de indulto e comutação	698
5.7.3.	Requisitos objetivos.....	700
5.7.3.1.	Requisitos objetivos para o indulto e a comutação e particularidades do Decreto 9.246/17.....	705
5.7.3.2.	Requisitos objetivos para o indulto e a comutação e particularidades do Decreto 9.370/18.....	708
5.7.3.3.	Requisitos objetivos para o indulto e a comutação e particularidades do Decreto 10.189/19.....	710
5.7.3.4.	Breves apontamentos sobre o Decreto de indulto natalino nº 11.302/22	711
5.7.4.	Peculiaridades do requisito objetivo para indulto e comutação no caso de execuções por crime comum e crime hediondo.....	713
5.7.5.	Requisitos subjetivos.....	714
5.7.5.1.	Faltas disciplinares graves praticadas antes e depois da edição do Decreto de indulto e comutação	715
5.7.5.2.	Outros requisitos subjetivos.....	716
5.7.6.	Exigência de parecer do Conselho Penitenciário para a análise do indulto ou comutação	718
5.7.7.	Indulto da pena de multa.	719
5.8.	Saída temporária	720
5.8.1.	Considerações iniciais e alterações implementadas pela Lei 13.964/19	720
5.8.2.	Competência e a (im)possibilidade do deferimento de saídas temporárias em bloco ou automatizadas.....	721
5.8.3.	Hipóteses de cabimento, condições judiciais e prazos de duração	723
5.8.4.	Requisitos	729
5.8.5.	Causas de revogação	732
5.9.	Fluxograma da análise de benefícios executórios pelo Promotor de Justiça ...	734
5.10.	Agravo em execução penal	737

5.10.1. Procedimento.....	739
5.10.2. Sugestões de modelo de agravo em execução sobre temas de interesse recursal do Ministério Público.....	740
5.10.2.1. Sugestão de modelo de agravo em execução contra decisão que não reconhece a reincidência no processo de execução.....	740
5.10.2.2. Sugestão de modelo de agravo em execução contra decisão que julga procedimento de falta disciplinar grave sem prévia manifestação do Ministério Público	743
5.10.2.3. Sugestão de modelo de agravo em execução contra decisão que defere remição por leitura.....	744
5.10.2.4. Sugestão de modelo de agravo em execução contra decisão que absolve o executado de falta disciplinar grave, no caso de violação do perímetro definido para saída temporária, constatado por sistema de monitoração eletrônica	747
5.10.2.5. Sugestão de modelo de agravo em execução contra decisão que determina a suspensão da pena alternativa imposta antes do trânsito em julgado da pena privativa de liberdade, entendendo ser a primeira superveniente, com imposição de suspensão de sua execução ao invés de reconversão e soma à pena privativa executada (parte final da tese fixada no TEMA Nº 1106 STJ – vide subitem)	749

CAPÍTULO VI – A ATUAÇÃO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA NA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	753
1. INTRODUÇÃO.....	753
2. CONFLITO COM A LEI	754
2.1. Criança em conflito com a lei.....	754
2.2. Adolescente em conflito com a lei.....	754
2.2.1. Fase preliminar	755
2.2.1.1. Fase preliminar policial.....	755
2.2.1.2. Fase preliminar ministerial.....	757
2.2.2. Fase judicial.....	768
2.2.2.1. Recebimento da representação	768
2.2.2.2. Audiência de apresentação	768
2.2.2.3. Defesa	768
2.2.2.4. Audiência em continuação	769

2.2.2.5.	Intimação da sentença.....	773
2.2.2.6.	Recursos.....	773
2.2.2.7.	Fluxograma do procedimento para apuração de ato infracional.....	775
2.2.2.8.	Quadro de prazos	778
3.	SITUAÇÃO DE RISCO	778
4.	QUESTÕES DE CONCURSOS	783